



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**As dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual no
ensino fundamental**

Elma Pereira Sousa

ORIENTADOR (A): Norma Lúcia Neris de Queiroz

Porto Nacional - TO, 28 de novembro de 2015.



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Elma Pereira Sousa

As dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Norma Lúcia Neris de Queiroz

Porto Nacional - TO, 28 de novembro de 2015.

TERMO DE APROVAÇÃO

Elma Pereira Sousa

As dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelas professoras:

Prof.^a. Dra. Norma Lúcia Neris de Queiroz (Orientadora)

Prof.^a. Dra. Sandra Regina Santana Costa (Examinadora)

Elma Pereira Sousa (cursista)

Porto Nacional - TO, 28 de novembro de 2015.

DEDICATÓRIA

A Deus, que se mostrou criador, que foi criativo. Seu fôlego de vida em mim, me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

Dedico esta monografia a minha família pela fé e confiança demonstrada.

Aos meus amigos pelo apoio incondicional.

Aos professores pelo simples fato de estarem dispostos a ensinar.

Aos orientadores pela paciência demonstrada no decorrer do trabalho.

Enfim a todos que de alguma forma tornaram este caminho mais fácil de ser percorrido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela vida, pela sabedoria, por todas as minhas conquistas pessoais e profissionais, e por ter colocado em meu caminho pessoas tão especiais, que não mediram esforços em me ajudar durante a realização deste trabalho.

A minha orientadora Professora Norma Lúcia Neris de Queiroz, uma professora que aprendi a admirar por sua capacidade prática e paciência. E por ter despertado em mim o desejo de conhecer as dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual e de idealizar este trabalho. Por suas orientações, pelo compartilhar de conhecimentos e material bibliográfico, e pelo carinho e confiança em mim dispensados desde o início dessa parceria.

Aos professores do Curso de Especialização em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS que me auxiliaram muito a compreender que a educação.

À UnB, local que me possibilitou construir este trabalho, e na qual acredito muito, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ético aqui presente.

A Professora/tutora: Bianca Salomão que sempre me orientou com muita dedicação e carinho.

A todos que de uma forma ou outra se fizeram importante e presente nesta minha caminhada.

Aos colegas de curso, que compartilharam alegrias, angústias, conhecimentos, ideias tornando uma convivência maravilhosa e enriquecedora.

À minha família, a minha mãe Enedina, as minhas filhas Rédina Beatriz e Régina Vitória por entenderem minha ausência em alguns momentos de suas vidas nestes anos.

Ao meu marido Alysson Ney, por toda paciência, compreensão, carinho e amor, e por me ajudar muitas vezes a achar soluções quando elas pareciam não aparecer.

A estes dedico meu trabalho, sem a ajuda, confiança e compreensão de todos, este sonho não teria se realizado.

A estas pessoas estorno aqui meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar as dificuldades de aprendizagem vivenciadas por alunos com deficiência intelectual dos anos iniciais do ensino fundamental, bem como fatores que prejudicam o processo ensino-aprendizagem desses discentes e os desafios para a comunidade escolar. O objetivo principal visa conhecer e analisar as dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental e os fatores que prejudicam o processo ensino-aprendizagem do discente e os desafios para toda comunidade escolar. E como objetivo específico visa analisar a política educacional, dispositivos legais, formação de profissionais relacionados aos alunos que apresentam deficiência intelectual nos anos iniciais do ensino fundamental. Analisar as atividades propostas pelos professores do ensino regular e da sala de recursos com a intenção de verificar a adequação ou não para os alunos com deficiência intelectual. Analisar atividades realizadas pelos alunos a fim de identificar os meios encontrados por eles para realizar a atividade. Identificar as concepções de ensino, aprendizagem e desenvolvimento da deficiência intelectual do gestor, coordenador pedagógico e dos professores da sala regular e a da sala de recurso. Analisar criticamente os fundamentos, as implicações e as ações pedagógicas para identificar as dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual dos anos iniciais do ensino fundamental. Problematizar as práticas pedagógicas e a maneira como a escola foi pensada e construída para receber os alunos com tal deficiência. Para fundamentar a análise dos dados e discussão dos resultados, apoiamos nos estudos de Vygotsky (1997), OMOTE (1994), Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica - CNE/CBE (2001), Rodrigues (2009), DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Optamos pela abordagem da pesquisa e como instrumentos de obtenção de informações: a observação dos participantes em sala de aula, a entrevista semiestruturada com um coordenador pedagógico e uma professora regente da escola.

Palavras-Chave: Deficiência intelectual. Ensino-aprendizagem, Ensino Fundamental.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

RESUMO

1 – APRESENTAÇÃO

1.2. PROBLEMATIZAÇÃO

1.3. JUSTIFICATIVA - As necessidades de conhecer e sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental

2 – FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

2.1. As Perspectivas Teóricas

2.2. O Processo de inclusão e aprendizagem

2.3. Atendimento dos alunos com Deficiência Intelectual nas escolas municipais de Porto Nacional

2.4. Dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental

3. OBJETIVOS: Um ensino com melhores condições de aprendizagem para os deficientes intelectuais

3.1. Objetivo Geral

3.2. Objetivo Especifico

4 – METODOLOGIAS DE PESQUISA

4.1. Opções metodológicas

4.2. Contexto da Pesquisa

4.3. Participantes do estudo

4.4. Instrumentos de Construção dos dados

4.5. Procedimentos de Construção dos dados

4.6. Procedimentos de Análise dos dados

5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

7 – REFERÊNCIAS

8 – APÊNDICES

Carta de Apresentação – Escola (Modelo)

B. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo).

C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo).

9 – ANEXOS

1 - APRESENTAÇÃO

A vida do deficiente é mais que a deficiência.

(Padilha, 2001)

A escola, atualmente, tem vários desafios. Um deles é assegurar a todas as pessoas, inclusive as que têm algum tipo de deficiência, a permanência e a aprendizagem com qualidade na escola inclusiva. Dessa forma, a escola não deve apenas receber o aluno e matriculá-lo, mas é preciso desenvolver um atendimento pedagógico centrado no aluno, respeitando seu ritmo de aprendizagem e tendo como objetivo uma formação cidadã.

Neste estudo, tivemos o interesse de analisar como eram realizados os atendimentos dos alunos que apresentavam deficiência intelectual no ensino fundamental, bem como identificar as dificuldades de aprendizagem enfrentadas por esses alunos e seus professores na escola pesquisada por meio de observações dos participantes em sala de aula e entrevista semiestruturada com um dos coordenadores e a professora regente. Elegemos como problema de pesquisa, a seguinte pergunta: Que dificuldades de aprendizagem os alunos dos anos iniciais com deficiência intelectual no ensino fundamental enfrentam em seu processo de aprendizagem em uma escola pública de Porto Nacional?

De acordo com o Decreto nº 5.296, a deficiência mental, atualmente denominada deficiência intelectual, refere-se ao "funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas" (Brasil, 2004, p. 01). Para Rodrigues (2009) as principais características da deficiência intelectual são: Falta de concentração; Entraves na comunicação e na interação; Menor capacidade para entender a lógica de funcionamento das línguas, por não compreender a representação escrita ou necessitar de um sistema de aprendizado diferente (p. 01).

A deficiência intelectual é uma espécie limitação em pelo menos duas das habilidades, entre elas: comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde, segurança, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho. A pessoa apresenta um atraso no desenvolvimento, dificuldades para aprender e realizar tarefas do dia a dia e interagir com o meio em que vive. Dessa forma, o deficiente intelectual deve ter atendimento na sala regular e no ensino educacional especializado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 58, estabelece que “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular” e no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegurando a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

De acordo com a LDB de 1996, o Atendimento Educacional Especializado não está explicitamente esclarecido, em relação aos procedimentos pedagógicos. “Também não foi amplamente esclarecido quanto à sua natureza educacional por ter sido criado legalmente sem ter suas ações descritas. Talvez por esse motivo, ele continue sendo confundido com o reforço escolar e/ou com o que é próprio do atendimento clínico, aceitando e se submetendo a todo qualquer conhecimento de áreas afins que tratam da deficiência mental” (BRASIL, 2007, p. 20).

Em 2003, o MEC implementou o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade (BRASIL, 2007).

Moreno (2013) apresenta os dados do IBGE sobre a população com algum tipo de deficiência intelectual:

47,1% da população com algum tipo de deficiência intelectual acima de cinco anos de idade era analfabeta em 2010. Nos casos de pessoas com deficiência visual, auditiva e motora, o índice de analfabetismo caiu para 16,8%, 24,2% e 28,3% respectivamente. A média brasileira, porém, foi de 10,5%, segundo o Censo de 2010. Segundo o Censo Escolar, entre 2005 e 2011, as matrículas de crianças e jovens com algum tipo de necessidade especial (intelectual, visual, motora e auditiva) em escolas regulares cresceu 112% e chegou a 558 mil (p. 01).

Por outro lado, o Censo Escolar não diz quantas destas matrículas são de alunos com síndrome de Down, outra deficiência intelectual ou autismo. O Censo do IBGE,

porém, aponta que, em 2010, 37% das crianças com deficiência intelectual na idade escolar obrigatória por lei (5 a 14 anos) estava fora da escola, número muito superior à média nacional, de 4,2%. Outro indicador do aumento da inclusão: as matrículas das crianças com deficiência em escolas especializadas e as classes exclusivas nas escolas comuns caíram 48% de 2005 para 2011, quando foram registradas 193 mil matrículas. Moreno (2013 p. 03)

Oliveira (2012) afirma que a Cartilha do Censo Escolar de 2010 aponta que:

A taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade para as pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas registrou uma variação de 18,5 pontos percentuais. A menor taxa ocorreu na Região Nordeste, 69,7%, e a maior, na Região Sudeste, 88,2%. As regiões Norte e Nordeste ficaram, também, abaixo da média nacional que era de 81,7%. As regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste ficaram acima da média para o Brasil, alcançando 88,2%, 88,1% e 84,6%, respectivamente (OLIVEIRA p. 24).

É interessante compreender que os alunos com deficiência intelectual têm possibilidades de aprender e os professores de ensiná-los. A escola, neste caso, pode ser capaz de ser mediadora do ensino e aprendizagem, contribuindo para que o aluno torne-se um cidadão capaz e preparado para lidar com as mudanças da sociedade.

Bakhtin (1995) afirma que:

A possibilidade linguagem possibilita ao homem organizar seu pensamento e definir seu espaço na sociedade. Em se tratando de pessoas com deficiência intelectual, os elos comunicativos geralmente são insuficientes para estabelecer uma relação social com um grupo. Ademais, sendo a linguagem um fator essencial para o desenvolvimento do ser humano, faz-se necessário pensar em intervenções e propostas metodológicas que considerem a participação dos alunos, visando que se expressem por meio de diferentes formas de linguagem para assim organizarem seu pensamento (p. 25).

Para Vygotsky (1988), é pela linguagem que o indivíduo:

(...) pode combinar relações e criar um todo novo, pois, ao se apropriar das palavras, ele encontra instrumentos de análise para destacar e diferenciar objetos, designando-os. Dessa forma, a linguagem se faz importante para reorganizar o pensamento, à medida que se torna um meio facilitador da construção de conceitos e da atividade mental coletiva (p. 30).

Para atender ao aluno com deficiência intelectual nos dias de hoje, a partir do que Vygotsky (1988) afirma na citação acima que o professor pode contar com

variadas abordagens de ensino, considerando a complexidade da deficiência. Por outro lado, faz-se necessário um ensino que contribua para o desenvolvimento do aluno de forma que ele possa se desenvolver na leitura e na escrita. Para atender um aluno deficiente intelectual o professor tem que aceitar este novo desafio, estar aberto a buscar novas metodologias de ensino, a inovar em sua prática pedagógica, a criar novas aprendizagens por meio da formação continuada, participar ativamente do processo de aprender a apreender, estudar diariamente e acima de tudo amar sua tarefa de educar.

Compreender as dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental me leva a problematizar as práticas pedagógicas e a maneira como a escola foi pensada e construída para receber os alunos com tal deficiência. Observa-se um desconhecimento dos professores quanto à dificuldade de aprendizagem desses alunos e a responsabilidade do fracasso escolar recai sobre os sujeitos do processo: professor e aluno.

E necessário que o professor busque novos conhecimentos e repense suas práticas pedagógicas, pois a aprendizagem pode ser entendida como um processo de aquisição individual, evolutiva e constante que reúne características tanto orgânica como do ambiente social.

De acordo com Moretto (2007), compete ao professor no momento de elaborar seu plano de trabalho docente:

(...) deve considerar alguns componentes fundamentais, tais como: estar ciente quanto ao seu papel, conhecer seus alunos (características psicossociais e cognitivas), conhecer a epistemologia e a metodologia mais adequada às características das disciplinas e conhecer o contexto social de seus alunos (p. 100).

Para responder a pergunta de pesquisa, faz-se necessário conhecer e analisar a política educacional, a formação de profissionais, as atividades propostas pelos professores, às práticas pedagógicas e a maneira como a escola foi pensada e construída para receber os alunos que apresentam deficiência intelectual nos anos iniciais do ensino fundamental.

Desta forma, pretendo conhecer e analisar a política educacional, formação de profissionais, as atividades propostas pelos professores, às práticas pedagógicas e a maneira como a escola foi pensada e construída para receber os alunos que apresentam deficiência intelectual nos anos iniciais do ensino fundamental.

O conceito de que todo aluno necessita ter oportunidade de aprender, independentemente de sua dificuldade e diferença, está firmemente enraizada em nossas políticas educacionais, as quais garantem o acesso de todas as crianças à escola, mas não proporciona qualidade, onde a escola pesquisada é mal projetada para a inclusão, ou seja, foi feita reformas e ampliação de baixa qualidade, as salas são pequenas onde dificulta o desenvolvimento das atividades e a locomoção dos alunos cadeirantes. Diante destas dificuldades procurei conhecer como acontece o ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual.

1,2 – JUSTIFICATIVA

Justifica-se um estudo com vistas identificar as dificuldades de ensino aprendizagem enfrentadas pelos alunos com deficiência intelectual dos anos iniciais no ensino fundamental e pela comunidade escolar e como essas dificuldades podem prejudicar o processo ensino-aprendizagem dos discentes pode ser uma maneira de proporcionar melhorias ao ensino e à aprendizagem desses alunos. O interesse por esse estudo sobre as dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental apareceu mediante as visitas de observação na escola pesquisa e logo podemos observar alunos com esta deficiência e buscamos conhecer com acontecia o aprendizado dos mesmos.

E ao conhecer a rotina da professora e sua opinião sobre a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças com deficiência intelectual nos levou a pesquisa e compreender como o aluno deficiente intelectual aprende e os estímulos favorecedores de sua aprendizagem e suas possibilidades de aprendizagem.

Partindo desse pressuposto, vejo que compreender as dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental seria uma maneira de proporcionar melhorias no ensino e na aprendizagem desses alunos e assim servir como ponto norteador quanto ao trabalho a ser desenvolvido com esses discentes durante o processo de ensino e aprendizagem e desenvolvimento das mesmas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1- As Perspectivas Teóricas

A educação inclusiva deve ser avaliada sob vários aspectos, pois sua proposta inovadora pressupõe um remanejamento e reestruturação radicais na dinâmica da escola. Sabe-se que não é uma tarefa fácil atender um aluno deficiente intelectual ou promover a inclusão, nesse sentido faz-se necessário que a educação cumpra as leis e normas que regem esse processo de inclusão para assim termos um ensino e aprendizagem de qualidade.

De tudo ficam três coisas: A certeza de que estamos começando... A certeza de que é possível continuar... A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar. Portanto devemos: Fazer da interrupção um caminho novo... Da queda um passo da dança... Do medo uma escada... Do sonho uma ponte... Da procura... Um encontro (SABINO, 1996a, p. 145).

O importante é ter a ciência que os discentes D.I. (Deficiente Intelectual) precisam de estímulos, precisam da inclusão verdadeira, levando-se em consideração suas necessidades particulares, estimulando suas competências, e tendo a confiança de que eles são capazes de estudar, aprender e se desenvolver. A visão sobre esses discentes precisa ser de confiabilidade e não de preconceito.

É importante ressaltar que os paradigmas que hoje são conhecidos sobre deficiência intelectual representam o desenvolvimento de um processo de transformação das concepções teóricas e das práticas de Educação Especial, as quais vêm historicamente acompanhando os movimentos sociais e políticos no que concernem os direitos das pessoas com esse nome/atributo (DINIZ; SANTOS; WEDERSON, 2009 p. 68).

No caso da deficiência intelectual, as concepções sobrenaturais e naturalistas ainda determinam a forma de lidar com a pessoa deficiente por meio do preconceito, existe uma tentativa de definir o outro em sua totalidade por meio da palavra atributo que captura sua essência e dispensa o diálogo e a relação face a face (BARTHOLLO, 2007).

Nesse sentido, o convívio social, quanto o escolar na infância é a oportunidade de uma criança ampliar a construção de seus conhecimentos e desafios, bem como, desenvolver suas potencialidades para que sejam percebidas pelo outro e por si mesmas como sujeitos de direitos. Mas para que isso ocorra, o ambiente precisa ser favorável e as oportunidades vivenciadas por todos.

De acordo com o Ministério da Educação - documento Educação Inclusiva - Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental (2006), o diagnóstico de deficiência intelectual:

(...) não se esclarece por uma causa orgânica, nem tão pouco pela inteligência, sua quantidade, supostas categorias e tipos. Tanto as teorias psicológicas desenvolvimentistas como as de caráter sociológico, antropológico têm posições assumidas diante da condição mental das pessoas, mas ainda assim, não se consegue fechar um conceito único que dê conta dessa intrincada condição [...]. Em suma, a deficiência intelectual não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma interrogação e objeto de investigação para todas as áreas do conhecimento (p. 11-12).

De acordo com Vygotsky (1997),

A educação de pessoas com deficiência não deve ser minimalista, nem reducionista; ressaltando que: as teorias pedagógicas minimalistas e pessimistas (...) tentam na prática reduzir a educação da criança com atraso profundo a um adestramento, é dizer, que tratam de passar do processo de formação do homem ao adestramento de um semi animal. A obediência é a exigência fundamental. A obediência é a condição fundamental que se coloca nesta criança. O cumprimento automático de hábitos úteis se considera o ideal de toda sua educação (p. 244).

Para Vygotsky (1997) evidencia que o processo de ensino aprendizagem se dá desde a infância. Quando o ser humano nasce possui apenas os recursos biológicos, e é a partir do meio social (cultura, valores, crenças...) é que se concretiza o processo de humanização.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Resolução CNE/CBE nº. 2/2001 determinam no art. 2º que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educativas especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001, p. 01).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece direitos sobre a saúde, educação inclusiva nas escolas comuns, transporte,

atendimento em caso de calamidade, lazer, cultura, esporte, habilitação e reabilitação, trabalho e formação profissional.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência expressa que:

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.” A Convenção tem como propósito promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade. (ONU Artigo 1°).

“A deficiência intelectual pode ser genética, congênita ou adquirida. Dentre as quais as mais conhecidas são: Síndrome de Down, Síndrome alcoólica fetal, Intoxicação por chumbo, Síndromes neurocutâneas, Síndrome de Rett, Síndrome do X-frágil, Malformações cerebrais e Desnutrição proteico-calórica” (HONORA & FRIZANCO, 2008, p.104).

Segundo a AAIDD - Associação Americana sobre Deficiências Intelectuais e do Desenvolvimento, 2002, os fatores pessoais e ambientais são focalizados, de modo a enfatizar os seguintes aspectos em relação à deficiência intelectual:

Reflete a expressão das limitações no funcionamento individual dentro do contexto social; B. não é fixa, mas transformacional, dependendo das limitações funcionais da pessoa e dos apoios disponíveis no ambiente; C. Pode ser minimizada quando se pode contar com o provimento de intervenções, serviços ou apoios que focalizam a prevenção, a aquisição de habilidades adaptativas e o estabelecimento de papéis socialmente valorizados para a pessoa (p. 24).

Segundo a AAIDD a deficiência intelectual é caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto em comportamentos adaptativos expressos em habilidades sociais, práticas e conceituais, com início antes dos 18 anos, e as limitações no funcionamento intelectual estão presentes quando o indivíduo apresentar coeficiente de inteligência (QI) inferior a 70.

Conforme Honora e Frizanco (2008),

Não existem “receitas” prontas para o trabalho com alunos tanto com deficiência intelectual, ou com outra deficiência, quanto com os sem deficiência. Precisamos ter em saber que cada aluno é um e que

suas potencialidades, necessidades e conhecimentos ou experiências prévias devem ser levados em conta, sempre. (p. 107).

Honora e Frizanco (2008) com base ainda em seus estudos afirmam que “existe uma grande variação de capacidades e necessidades dos indivíduos com deficiência intelectual, podendo apresentar diferenças em quatro áreas” (p. 107). Para eles, as áreas são:

1. Área motora: alguns alunos com D.I. leve não apresentam diferenças significativas em relação às crianças consideradas “normais”, porém podem apresentar alterações na motricidade fina. Nos casos mais severos, podem-se perceber dificuldades de coordenação e manipulação.
2. Área cognitiva: alguns alunos com D.I. podem ter dificuldades na aprendizagem de conceitos abstratos, em focar a atenção, na capacidade de memorização e resolução de problemas e na generalização.
3. Área da comunicação: alguns alunos com D.I. é encontrada dificuldade de comunicação, acarretando uma maior dificuldade em suas relações.
4. Área sócio educacional: alguns alunos com D.I. ocorre uma discrepância entre a idade mental e a idade cronológica, contudo temos a melhor forma de promover a interação social é colocando os alunos em contato com seus pares da mesma idade cronológica. (p. 107).

O discente D.I. tem suas limitações, mas é um sujeito possuidor de desejos, vontades e sonhos, os quais a escola e a família que organizam os primeiros vínculos discente D.I com a sociedade tem a importância de fortalecer a sua participação na sociedade, buscando desenvolver a autonomia de realizar suas atividades sozinho.

Pude observar que o número de alunos em sala de aula regular é um fator importante na aquisição da aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, visto que o professor que atende poucos alunos podem atender melhor os alunos com deficiência.

2.2. O Processo de inclusão e aprendizagem

Para que haja inclusão adequada e de qualidade das pessoas com deficiência intelectual, a escola precisa repensar e recriar suas práticas, inovar suas concepções e rever seu papel continuamente, reconhecendo e valorizando as diferenças de cada ser. Além disso, a escola deve visar à melhoria da qualidade do ensino, em especial ajudando o professor a ensinar, a todos os alunos conhecimentos de forma em que todos possam aprender e desenvolver suas habilidades.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), o artigo 59 recomenda que:

(...) os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado (art. 24, inciso V) e [...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (art. 37).

Para a escola proporcionar o ensino e a aprendizagem de qualidade para que o aluno dito “normal” aprenda encontra muitos desafios, e para o aluno deficiente intelectual seu desafio está além desses fatos como preconiza a LDB nos artigos mencionados acima não tem sido muito fácil. Muitas vezes, os professores não recebem formação continuada adequada e não sabem como lidar com os alunos que apresentam de tampouco recebem apoio para enfrentar tais dificuldades.

É necessário que o professor prepare suas aulas e reflita sobre elas, busque novos conhecimentos, repense suas práticas pedagógicas, guiado por um processo de reflexão-ação-reflexão, pois a aprendizagem pode ser entendida como um processo de aquisição individual, evolutiva e constante que reúne características tanto orgânica quanto do ambiente e ter claro os objetivos que quer alcançar com as aulas planejadas. “O bom ensino deve ampliar a interação dos alunos com o objeto de conhecimento” (GLAT, 2007, p. 73, 74). De acordo com MEC/SEESP (2007, p. 17e 18),

O professor disponibiliza a todos os alunos, sem exceção, um mesmo conhecimento e acrescenta: O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não ministra um ‘ensino diversificado’ e para alguns. Ele prepara atividades diversas para seus alunos (com e sem deficiência mental) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. Essas atividades não são graduadas para atender a níveis diferentes de compreensão e estão disponíveis na sala de aula para que os alunos as escolham livremente, de acordo com seus interesses (BRASIL, 2007, p. 17-18).

De acordo com MEC/SEESP (2007, p. 17 e 18), “O professor deve realizar seus planejamentos de forma clara e com objetivos pretendidos, ou seja, não focar na deficiência e na incapacidade do aluno, mas focar em suas potencialidades”.

No decorrer do processo de desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual, o professor deve estimulá-lo a construir seu conteúdo mental, a partir da substituição dos objetos, das pessoas, das situações, dos eventos do mundo real. Desta forma fará com que o aluno se liberte do espaço e do tempo presentes e busca fazer relações com ausência de suas coisas.

O professor ao ministrar aulas, em uma turma de educação inclusiva, deve trabalhar com atividades diversificadas, utilizando materiais concretos e outros que possa chamar atenção do aluno com deficiência intelectual, o qual possa ter liberdade de construir sua aprendizagem.

Segundo Tunes (2007), o uso da palavra deficiente já se revela como algo preconceituoso, pois significa a falta parcial, transitória ou absoluta de alguma capacidade, habilidade ou inteligência para alguma atividade, para a qual se espera um determinado tipo de realização ou desempenho, conforme as expectativas sociais presentes em cada momento.

Neste sentido, o aluno tem direito a ser incluído na escola e na sociedade com salas adequadas para recebê-lo, material pedagógico proporcional a sua idade e conteúdo a ser estudado. Incluir é acima de tudo aceitar, fazer com que os outros aceitem as diferenças, proporcionando respeito e atendimento de qualidade.

A criança com deficiência intelectual não apresenta um desenvolvimento inferior ao de outra criança considerada normal, mas um desenvolvimento diferente e único, estando a sua singularidade nos caminhos encontrados por ela para compensar e superar uma limitação.

O aluno com deficiência intelectual tem muitas dificuldades de construir o conhecimento, ou seja, realizar atividades pedagógicas na escola sem um acompanhamento diferenciado, de demonstrar a sua capacidade cognitiva. Para facilitar o desenvolvimento desses alunos, a escola deve promover atividades conscientes, uma vez que ensinar é um ato coletivo e o professor deve disponibilizar a todos os alunos sem exceção um mesmo conhecimento.

A deficiência intelectual é compreendida como uma característica própria da criança com atraso no desenvolvimento cognitivo. Em geral, os professores e a sociedade focalizam no indivíduo, os problemas de sua aprendizagem (CARNEIRO, 2006).

2.3 - Atendimento dos alunos com Deficiência Intelectual nas escolas municipal de Porto Nacional

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional (SEME) em Tocantins tem como objetivo identificar, planejar e equipar as escolas com recursos nas dimensões de acessibilidade e pedagógicos que promovam a participação dos alunos com deficiência incluídos no ensino regular, visando o seu desenvolvimento, ensino e aprendizagem. “O aprendizado é mais do que a aquisição de capacidade para pensar; é a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas” (VYGOTSKY, 1991, p.55).

Para a SEME foi um grande desafio transformar as práticas discriminatórias. Para sanar o problema proporciona formação continuada para os professores sobre as formas de avaliação do processo de ensino e aprendizagem, inclusão e atendimento aos alunos deficientes. As mudanças aconteceram também no atendimento, espaço adequado às deficiências específica, a forma de avaliação passou a aliar o sentido ético e inclusivo e a não utilizar a avaliação como um processo de classificação para detectar o desenvolvimento da aprendizagem a fim de garantir o desenvolvimento educacional do aluno.

Os alunos com deficiência são atendidos nas salas regulares e de recurso, a unidade escolar que tem sala de recurso. Os professores regentes e da sala de recurso fazem o planejamento coletivo, facilitando o desenvolvimento da aprendizagem do aluno e as escolas que não tem o professor da sala de recurso o planejamento e feito com o coordenador pedagógico e o professor regente.

As escolas que não tem sala de recurso os alunos ficam sem acompanhamento especializado no contra turno. O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais teve avanços, mas falta muito investimento financeiro para adequar os prédios, comprar de material pedagógico e formação continuada específica para assim atender os alunos com qualidade.

De acordo com Caldeira e Cavalari (2010), “a inclusão só traz benefícios para os alunos com deficiência intelectual [...] a escola terá que rever seus conceitos e conseqüentemente grandes mudanças surgirão e os alunos aprenderão naturalmente a conviver com a diversidade” (p.45).

Visto que a inclusão é extremamente importante para todos os tipos de deficiências e só traz benefícios para os alunos e serve para eliminar as barreiras

arquitetônicas e sociais, proporcionando assim melhores condições de ensino e aprendizagem desses alunos.

2.4 - Dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental

De acordo com Pinto (2004), a Associação Americana de Deficiência Intelectual e do desenvolvimento – AAIDD explica a deficiência intelectual segundo cinco dimensões:

- I - habilidades intelectuais - avaliação por testes psicométricos de inteligência, padronizados e adaptados à realidade da população avaliada, considerados necessários, mas não suficiente;
- II - comportamento adaptativo - habilidades conceituais, sociais e práticas;
- II - participação, interações, papéis sociais - relacionados com a avaliação das interações sociais e dos papéis vivenciados pela pessoa, sua participação na comunidade em que vive;
- IV – saúde - investigação mais ampla das condições de saúde física e mental;
- V - contextos - consideração das condições em que vive, a partir de uma perspectiva sistêmica (p. 42).

Apesar desses avanços e da menção à vida em comunidade, a ênfase do diagnóstico continua focada no indivíduo, sem problematizar as questões sociais, visto que a necessidade de adaptação e apoio nas áreas acima descritas está relacionada à deficiência do indivíduo e não a questões de modificação social.

Os alunos deficientes intelectuais necessitam ser avaliados para assim receberem atendimento especializado e adequando ao seu nível de deficiência, sabe se os DI apresentam dificuldades para resolver atividades como: problemas, metáforas, a noção de tempo, estabelecer relações sociais, compreender e obedecer a regras, e realizar atividades cotidianas de auto cuidado e etc. Com o diagnóstico preciso facilita seu ensino aprendizado e melhora a forma dos profissionais atendê-lo no dia a dia da unidade escolar por conhecerem o docente e assim promover o melhor método de ensino que adéqüe as condições de aprendizagem do aluno.

3 - OBJETIVOS

3.1 - GERAL

Analisar e identificar as dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual dos anos iniciais do ensino fundamental, bem como os fatores que prejudicam a aprendizagem dos discentes e os desafios para toda comunidade escolar.

3.2 - ESPECÍFICOS

- Identificar e analisar política educacional, dispositivos legais, formação de profissionais relacionados aos alunos que apresentam deficiência intelectual no ensino fundamental.
- Analisar as atividades propostas pelos professores da sala regular e da sala de recurso com a intenção de verificar a adequação ou não para os alunos com deficiência intelectual.
- Analisar atividades realizadas pelos alunos a fim de identificar os meios encontrados por eles para realizar a atividade.
- Identificar as concepções de ensino, aprendizagem e desenvolvimento da deficiência intelectual do gestor, coordenador pedagógico e dos professores da sala regular e a sala de recurso.
- Identificar e analisar criticamente os fundamentos, as implicações e as ações pedagógicas e como detectar as dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental.
- Problematizar as práticas pedagógicas e a maneira como a escola foi pensada e construída para receber os alunos com tal deficiência.

4 - METODOLOGIA DE PESQUISA

4.1 - Opções Metodológicas

Foram observados alunos de uma escola municipal de Porto Nacional – TO e através da observação foram extraídas as evidências necessárias para compreender os contextos desse estudo. Na normativa da secretaria municipal de educação de

Porto Nacional a escola deve matricular nas salas regulares vinte e cinco alunos por turma e até três alunos com deficiências na mesma sala de aula.

A metodologia usada foi à abordagem qualitativa que teve a entrevista, o questionário e a observação na sala de aula regular como principais instrumentos de coleta de dado e não há sala de recurso na unidade escolar.

4.2 - Contextos de Pesquisa

A escola pesquisada possui oito alunos com necessidades educativas especiais e dois alunos D.I. que exigem um trabalho diferenciado e adaptado às suas habilidades e necessidades. Esta unidade escolar foi escolhida por ser próxima da casa da pesquisadora e possui alunos com a especificidade escolhida como objeto deste estudo.

A escola é administrada por uma professora graduada em Pedagogia, passou a exercer a função de gestora no ano de 2014, depois de ser nomeada pela Secretaria de Educação do Município para administrar a Escola. A gestão é acompanhada por uma coordenadora pedagógica formada em Pedagogia, uma coordenadora administrativa, uma secretária e duas auxiliares, uma bibliotecária, doze professores graduados, sendo dez contratos e dois concursados, cinco agente administrativo (A.A.E.), duas merendeiras, e três vigias. A associação de pais e mestre é composta de 08 representantes da comunidade escolar que são o gestor, o coordenador, a secretária duas professoras, três técnicos administrativos, três representante da comunidade local.

A escola recebeu este nome em homenagem a uma grande educadora de Porto Nacional, deixando sua contribuição e exemplo na história da educação desta cidade.

Esta escola veio contribuir muito para o aumento da melhoria no ensino e aprendizagem dos educandos e suas famílias trazendo oportunidade de uma melhor qualidade de vida para esta comunidade. A escola prepara seus membros para a vida social e política, para o desenvolvimento de sua consciência cidadã, sendo capaz de sistematizar e organizar o conhecimento universal, a produção científica, as conquistas da tecnologia e da cultura mundial. Que tal sistematização possibilite novas conquistas e novos desenvolvimentos, ampliando a oferta do bem-estar que as questões novas, surgidas na própria produção do conhecimento, sejam dirigidas

e analisadas na escola, e que ela seja, portanto, um lugar de produção de conhecimentos. Que a escola possibilite a articulação dos diversos interesses dos variados setores da sociedade, sem que se perca sua verdadeira função: a de ensinar.

A escola se dá como lugar do entrecruzamento do projeto político coletivo da sociedade com os projetos pessoais e existenciais de educandos e educadores. É ela que viabiliza que as ações pedagógicas dos educadores se tornem educacionais, na medida em que os impregna das finalidades políticas da cidadania que interessam aos educandos. Só a presença viva e vivificante de um projeto educacional possibilitará a escola evitar a repetição burocrática, a divisão técnica-social do trabalho, a prática autoritária e a rotina mecânica. A referida escola funciona em prédio próprio do Município sendo 8 salas de aulas, uma secretaria, 01 biblioteca, 01 banheiros feminino, 01 banheiro masculino, 01 banheiro de funcionários, 01 sala de laboratório de informática, 01 cozinha, 01 depósitos e 01 galpões, 01 sala da direção e coordenação, não há sala de recurso e funciona nos turnos matutino e vespertino.

O trabalho pedagógico do professor em sala de aula e atividade extraclasse estão inseridos ao Projeto Político Pedagógico com responsabilidade e real anseio do comprimento do mesmo. Para tanto, se faz necessário que todos os envolvidos se tornem responsáveis pelo ambiente escolar, pelos projetos pedagógicos.

A hora do planejamento coletivo é um momento de troca de experiências, de avaliação, de preparar material pedagógico, e também formar grupo de estudos buscando melhorar o conhecimento e a prática pedagógica.

É tarefa vital do professor, a permanente interpretação e reflexão da sociedade, a fim de estimular a criatividade, afetividade para saber conviver com o incerto, o imprevisível e o diferente. E para ser um profissional competente necessita de conhecimento didático pedagógico e habilidades para relacionamento interpessoal. Em relação ao currículo o professor deverá ter conhecimento dos conteúdos, familiarizar-se com espaço e ter visão global do currículo. Na área pedagógica o professor deverá ter habilidade de realizar planejamento pedagógico, usar variedades de estratégias pedagógicas, utilizar varias técnica de avaliação. Em relação gestão em sala de aula e relacionamento interpessoal, o professor deverá ter a habilidade de desenvolver e manter a disciplina em sala de aula, debates e discussão motivar seus alunos e mobilizar sua atenção.

O PPP da escola tem como objetivo geral desenvolver a proposta pedagógica democraticamente harmoniosa com a participação de todos os envolvidos no processo educativo, sua implantação visa nortear e respaldar todo trabalho desenvolvido pelos profissionais da educação escola, com intuito de ministrar um espaço físico pedagógico, político cultural de formação do sujeito de plena cidadania de consciência crítica capaz de produzir e compartilhar conhecimento transformada em aprendizagem concreta que venha favorecer o crescimento social intelectual afetivo moral da clientela envolvida, despertando o interesse a motivação e participação dos mesmos.

Na ação pedagógica querem formar cidadãos autônomos, crítico e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual espera ser atendidas suas necessidades individuais, visto ser frutos das reflexões de discussões coletivas de uma equipe comprometida que visa um trabalho com grandes resultados educacionais.

E os objetivos específicos visam organizar formação continuada para associações de pais e mestre; Desenvolver nos alunos atitude como; respeito postura disciplinar solidariedade; Promover atividades pedagógica, cultural, social, visando o desenvolvimento físico, intelectual afetivo social da criança; Valorizar os conhecimentos e a forma de expressão de cada aluno com um processo de socialização; Proporcionar a formação do aluno de forma responsável utilizando o diálogo como forma de mediar conflito e de tomar decisões coletivas sendo capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade; Orientar a família nos cuidados com os filhos promover a integração deles á escola; Favorecer a produção e a utilização das múltiplas linguagens, e dos conhecimentos históricos, sociais científicos e tecnológicos sem perder de vista a autonomia intelectual moral do aluno.

A missão da escola é promover uma educação de qualidade, visando uma sociedade mais justa humana, formando um ser humano crítico, participativo, reflexível com competências para o exercício ético profissional e os desafios da sociedade moderna. Contribuir na melhoria de um ensino de qualidade pautado no amor, no respeito e no conhecimento, garantindo o acesso e permanência dos educandos na Unidade escolar propiciando condições para uma aprendizagem significativa atualizada e eficaz na formação de cidadãos críticos capazes de agir na transformação da sociedade. Promover e articular ações de defesa de direitos,

prevenção, orientação, apoio a família direcionada a relação à melhoria da qualidade de vida dos mesmos e dos seus filhos, dimensionando a relação dos alunos com meio social como agentes participativos e transformadores de sua realidade.

Os projetos desenvolvidos pela escola são datas cívicas, eventos e palestras direcionadas. A escola tem um bom relacionamento com a comunidade e com as famílias atendidas. A comunidade é participativa nos eventos propostos pela escola, em reuniões e outros.

A escola está atingindo em partes os objetivos traçados no PPP, o corpo docente cria o contexto adequado para que ocorra realmente a aprendizagem, bem como para intervir neste processo corrigindo possíveis desvios e assim se comprometendo com a melhoria do ensino e aprendizagem dos alunos.

4.3. Participantes do Estudo

Foram realizadas entrevistas com um dos coordenadores pedagógicos e uma professora regente e consistiu na coleta de informações e teorias de diversos autores sobre o assunto e visa obter respostas válidas e informações pertinentes com entrevista padronizada, ou seja, seguiu um roteiro previamente planejado.

Os participantes deste estudo foram: um coordenador pedagógico com formação em Pedagogia com cinco anos de formação, a professora regente com formação em Pedagogia e História com doze anos de formação e atuação como docentes com aluno deficiente intelectual, são dois alunos com deficiência intelectual atendidos na escola e estudam na mesma sala.

Como é a sua prática pedagógica frente a esses educandos. Quais as suas propostas de avaliações para esses educandos. Quais as dificuldades enfrentadas em sala com esses educandos. Quais apoios são recebidos na área de Educação Especial. Como é o contato do professor regente com o professor da educação especial. Entre outras.

Foram observados dois alunos na escola regular onde chamaremos de aluno AA e aluno BB. O aluno AA é um menino de 10 anos que estuda no 3º ano com deficiência mental leve. Esse aluno sempre estudou em escola regular, ele consegue ler e interpretar textos simples com muita dificuldade. A professora regente tem apoio em sala de aula de uma ajudante de turma.

O planejamento é coletivo realizado quinzenalmente onde os professores debatem sobre as dificuldades enfrentadas em sala e o planejamento semana é realizado com o professor regente e o coordenador pedagógico.

O aluno BB é uma menina de 09 anos que estuda no 3º ano com deficiência mental leve, deficiência motora é sem controle quando vai evacuar, e cadeirante. Isso faz com que seja difícil manter-la limpa. Sempre estudou em escola regular e além do professor regente conta com a ajuda de um ajudante de sala. Ela não consegue ler e escrever, mas consegue realizar pequenas cópias, ou seja, não codifica e nem decodifica ainda, mas os pais são atuantes e participativos.

Esta escola não tem sala de recurso e conta com as mais diferentes deficiências em sala de aulas. De acordo com coordenadora pedagógica será implantada na unidade escolar uma sala de recurso e terá professor capacitado para atender os alunos com necessidades especiais. A unidade escolar possui outros alunos deficientes onde foi selecionado dois por serem deficientes intelectuais no qual se refere o estudo.

A pesquisa foi qualitativa abordando o objeto de pesquisa sem enumerar ou medir os dados coletados por haver muitos dados descritivos adquiridos por observação e entrevista com os participantes onde procuramos conhecer a realidade da aprendizagem do aluno deficiente intelectual na integra.

4.4. Instrumentos de Construção dos dados

O presente estudo também possui pesquisa, entrevista e observação dos alunos com deficiência intelectual, onde retrata a realidade de forma clara e objetiva.

Para compor os dados deste estudo foram realizadas entrevistas semi estruturadas com um coordenador pedagógico e uma professora regente. Nessas entrevistas, procuraremos responder essas e outras perguntas em anexo no qual envolve os participantes do estudo.

Identificar o tempo de serviço desses servidores na educação e no trabalho com alunos especiais.

Como é a prática pedagógica frente a esses alunos?

Quais as propostas de avaliações para esses alunos?

Quais as dificuldades enfrentadas em sala com esses alunos?

Quais os apoios recebidos na área de educação especial?

Como é o contato do professor regente com o da sala de recursos na escola?

Além das entrevistas semiestruturadas, foram elaborados relatório e o registro das observações em sala de aula em diário de campo com uma breve descrição da turma, da interação do aluno com a professora, do aluno com os colegas, quais as atividades propostas pela professora para a turma e o aluno deficiente e especialmente, se ele faz as atividades com ou sem auxílio (apêndice b, anexado ao final do trabalho).

Foi elaborada uma ficha e preenchida durante as observações em sala de aula, na qual fiz a indicação dos conhecimentos: linguísticos, raciocínio lógico, matemática, percepção e expressão (oral e escrita), comportamento sócio emocional, desenvolvimento cognitivo, relacionamento social, dificuldades encontradas e possibilidades observadas.

Após realizar entrevistas com coordenador pedagógico e professor regente, identificou-se o tempo de serviço desses professores que trabalham com alunos especiais, como esse professor concebe o deficiente intelectual e o processo de educação profissional. A prática pedagógica se constrói no dia a dia do trabalho docente, de forma planejada e com participação da equipe pedagógica.

As avaliações dos alunos DI esta baseada PPP da escola que são: o educacional (escola e ação pedagógica), o aluno (nível de desenvolvimento e condições pessoais) e a família (ambiente e convívio familiar).

As dificuldades enfrentadas em sala com os educandos D.I são: a pouca participação dos pais no desenvolvimento educacional do aluno, ou seja, o aluno não é estimulado a estudar em casa, sala de aula superlotada, materiais didáticos insuficientes ou desatualizados, móveis impróprios e falha de recursos tecnológicos.

O apoio recebido na área de Educação Especial foi à adequação curricular, elaboração de estratégias diferenciadas, apoio pedagógico da coordenação escolar com intervenção junto ao discente buscando alternativas para sanar as dificuldades.

O professor regente conta com o apoio da coordenação pedagógica facilitando assim o ensino e aprendizagem dos educandos.

A coleta dos dados foi realizada na escola com a professora regente, onde foi aplicado questionário, o qual foi respondido no horário em que a professora não estavam em sala de aula, no horário do planejamento pedagógico, o que facilitou o

recebimento imediato deste instrumento. O questionário tem questões direcionadas aos objetivos propostos nesse estudo.

Realizei entrevistas semiestruturadas com um dos coordenadores pedagógicos com formação em Pedagogia e uma professora regente com formação em Pedagogia e História. O roteiro de entrevista (Apêndice A encontra-se anexado ao final deste trabalho), onde a professor regente tem doze anos de formação e atuação como docentes com aluno deficiente intelectual, a docente vê o aluno deficiente intelectual como um ser é capaz de ler, escrever, fazer contas, correr, brincar e de ser independente e estimula os alunos DI a encontrar seu potencial e o processo de educação profissional destes educandos.

É a sua prática pedagógica frente a esses educandos faz se de criação, inovação, a descoberta, autonomia na construção do conhecimento e desenvolvimento da aprendizagem.

A docente procura adotar métodos avaliativos de acordo com as habilidades e dificuldades dos alunos DI e assim definir os instrumentos a serem utilizados para avaliação. E sempre verificam como ele lida com cálculos, desenho e escrita, a produção escolar, cadernos e atividades. As dificuldades enfrentadas em sala com esses educandos são estrutura inadequada, poucos recursos pedagógicos e falta de graduação específica para atuar com alunos deficientes.

O apoio que a professora recebe na área de educação especial é restrito ao apoio pedagógico da coordenadora pedagógicas, ajudante de turma e os outros docentes. O professor regente tem uma grande interação com os demais professores regentes que tem aluno deficiente em sala.

Foi elaborado um relatório das atividades desenvolvidas pelo o aluno com uma breve descrição da turma, como acontece à interação do aluno com a professora, a interação do aluno com os colegas, quais as atividades propostas pela professora e como são as atividades realizadas pelo aluno com ou sem auxílio.

De acordo com o observado e com a fala da professora esses alunos precisam de apoio constante e os mesmos buscam se desenvolver com muito esforço, pois a professora as estimula muito. Freire (1983, p. 61) acredita que:

A ação educativa não pode prescindir de uma reflexão sobre o próprio homem, em sua condição de ser cultural, como sujeito e, não, como objeto, de modo que quando mais for levado a refletir sobre sua situacionalidade, sobre seu enraizamento espaço-temporal, mais

emergirá dela conscientemente carregado de compromisso com sua realidade, da qual, porque é sujeito, não deve ser simples espectador, mas deve intervir cada vez mais.

De acordo com os resultados dessa pesquisa, a aprendizagem do aluno deficiente intelectual é possível e o mesmo acontece de forma contínua e assim alcançarmos seu desenvolvimento com ações e instrumentos adequados para o ensino-aprendizagem e o docente necessita identificar e conhecer as habilidades dos alunos e proporcionar recursos e estratégias de ensino e assim favorecer a aprendizagem, de forma a superar os comprometimentos existentes.

4.5. Procedimentos de Construção dos dados

A pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal de Porto Nacional, na qual a proposta foi analisar as atividades realizadas pelos professores e alunos com deficiência intelectual. A pesquisa foi realizada no mês de setembro do corrente ano e foram realizadas oito observações de três horas cada sobre a forma de tratamento do professor para com os alunos deficientes e vice e versa e dos demais alunos para com os colegas deficientes.

A professora regente disse que não é fácil trabalhar com dois alunos deficientes intelectuais ao mesmo tempo, onde ela procura deixá-los sempre próximos dela para que ela e a ajudante de turma possam atender com mais facilidade e ao mesmo tempo os demais alunos. Eles procuram sempre ajudar, como por exemplo, tomar água, contar uma história, brincar no recreio, auxiliar nas tarefas. Os colegas não fazem distinção entre os colegas deficientes. São espontâneos e preocupados com o próprio aprendizado para depois auxiliar os colegas deficientes.

Os alunos deficientes intelectuais têm mais dificuldades para se alfabetizar, mas adquire a atitude de estudante como organizar o material, levantar o braço para solicitar alguma coisa, conhecendo e incorporando regras sociais e desenvolvendo habilidades como a oralidade e o reconhecimento de sinais gráficos e se socializam de forma normal.

4.6. Procedimentos de Análise dos dados

A metodologia e as técnicas utilizadas para analisar os dados foram decorrentes de pesquisa de campo que investigou sobre as dificuldades de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual dos anos iniciais no ensino fundamental e de seus professores.

Os dados foram analisados de acordo com as observações realizadas em sala e com as entrevistas gravadas em áudio que foram transcritas e analisadas.

5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ensinar alunos com deficiência intelectual não é uma tarefa fácil, mas os professores em conjunto com a escola devem adotar métodos diferenciados para atingir um bom resultado, visto que as possibilidades dos alunos de desenvolver-se não são qualidades psíquicas prontas requer receber um ensino com condições favoráveis a sua aprendizagem.

Todas as pessoas devem receber conhecimento por ser imprescindível para que eles possam viver com autonomia na sociedade, sem ensino e aprendizagem tais alunos ficam em desvantagem maior em relação àqueles que adquirem conhecimentos formais.

Mais do que olhar para o deficiente e examiná-lo detidamente para se compreender algo acerca da deficiência, é preciso olhar para a coletividade que o identifica como deficiente, encaixando-o em uma categoria de desviante e tratando-o distintamente. Ninguém é deficiente por si só. Alguém é deficiente perante uma audiência e dentro de determinadas circunstâncias. (OMOTE, 1994, p. 7).

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal e a escolha desta unidade escolar para realizar este trabalho de campo, foi por ser uma escola de ensino fundamental do Município de Porto Nacional e possui turmas com alunos deficientes intelectuais. Optei por pesquisar uma turma com dois alunos deficientes.

Pesquisar este tema foi sem dúvida uma tarefa de grande responsabilidade, tendo em vista às graves consequências que uma proposição mal formulada pode acarretar e a partir da problemática estabelecida.

Para se conhecer as dificuldades de aprendizagem dos alunos faz-se necessário realizar um processo de avaliação e uma intervenção. A base dessas

áreas deve ser o desempenho atual do aluno em tarefas cognitivas e as dificuldades podem ser específicas.

Na maioria das vezes, o atendimento ao aluno com deficiência intelectual estabelece um impasse pela complexidade e variedade de abordagens de ensino. Dessa forma faz-se necessário um ensino que possa promover o desenvolvimento do aluno.

Há um desconhecimento dos professores quanto à dificuldade de aprendizagem dos alunos e as responsabilidades do fracasso escolar recaem sobre os agentes do processo professor e aluno.

É necessário que o professor busque novos conhecimentos e repensem suas práticas pedagógicas, pois a aprendizagem pode ser entendida como um processo de aquisição individual, evolutiva e constante que reúne características tanto orgânica como do ambiente.

De acordo com as observações e entrevista realizada com a professora regente do ensino regular é possível constatar que ela realiza atividades inclusivas e podemos perceber que a mesma tem apenas experiência de vida como educadora para atuar com inclusão, deixando a desejar no que se refere ao conhecimento didático pedagógico de para lidar com aluno deficiente intelectual. Ela relatou ainda que recebe formação continuada e acompanhamento pedagógico da SEME.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como finalização deste estudo vale observar a seguinte passagem da Declaração de Salamanca, uma apropriada reflexão sobre o utópico de igualdade: O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: “o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.4).

Nesse sentido, as escolas devem acreditar que todos são capazes de aprender, desde que se estruturarem possibilidades, se estabeleçam estratégias na

reordenação de práticas escolares designar espaços acolhedores com ações que devem ser fortalecidas e regulamentadas no projeto político pedagógico respeitando as características individuais dos alunos e acreditando que todos são capazes de aprender, desde que se estruturarem possibilidades, se estabeleçam estratégias na reordenação de práticas escolares e se reconsidere que a influência da redução de expectativas pode ser suficiente para determinar o insucesso escolar.

Compreendemos nesta pesquisa que conhecer e assinalar as dimensões conceituais do atendimento aos alunos com deficiência intelectual foi mais que necessário, principalmente por tratar-se de inclusão. Sabemos que o preconceito, a falta de informação, os rótulos utilizados, o estigma, o estereotipo criado em torno da deficiência intelectual tem afastado muitos alunos das salas de aula e os pais de buscarem um diagnóstico preciso e assim facilitando a exclusão de muitos alunos da sociedade.

A deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro. (Honora, Frizanco, 2008, p. 103).

Cabe à escola pesquisada e os professores orientarem estas famílias a buscarem apoio adequado para os alunos. Sabe-se que a escola sozinha não pode resolver todos os problemas, mas pode amenizar e orientá-los para assim se tornarem cidadãos atuantes e participativo mudando assim a concepção de muitos onde acham que o deficiente intelectual é incapaz, onde na verdade é um mito, pois o deficiente e capaz de aprender dentro de suas limitações.

Foi possível entender que falta mudanças na escola, no que tange a adaptação de seus currículos, formação adequada para professores e servidores no preparo para atender os alunos NEE com qualidade, e os professores buscarem aperfeiçoamento para ter um conhecimento adequado a sua realidade pedagógica, com relação a promover inclusão, e que essa formação permita uma ação pedagógica eficaz, trazendo, com isso, melhores condições para que a inclusão seja motivo para romper paradigmas existentes no dia a dia da escola.

É necessário que esta unidade escolar busque parcerias, capacitar os servidores em geral para assim terem uma educação inclusiva de qualidade e realizar estudos, reflexões e buscarem realizar a própria formação dos docentes

sobre o tema sem espera apenas a formação ofertada pela Secretaria Municipal de Educação.

7 - REFERÊNCIAS

AAIDD. American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. Disponível em: <<http://www.aaidd.org>>. Acesso em: 16 de outubro de 2015.

BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARTHOLO, R. Alteridade e preconceito. In: TUNES, E.; BARTHOLO, R. (Orgs). Nos limites da ação: preconceito, inclusão e deficiência. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

BRASIL. Aspectos legais e orientação pedagógica. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Expansão e Melhoria da Educação Especial nos Municípios Brasileiros / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC/SEESP, 1996.

BRASIL. Decreto Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, p. 01. Disponível em: Acesso em: 15 de setembro de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência intelectual. Brasília: MEC/SEDF, 2006.

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CALDEIRA, Lucinete de Fátima Menegassi. CAVALARI, Nilton. Dificuldade De Aprendizagem Com Deficiência. Intelectual. Caderno Multidisciplinar de Pós Graduação da UCP, Pitanga, V. 1, nº4, p. 38-47, abril de 2010.

CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. A deficiência mental como produção social à abordagem histórico-cultural. IN: Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas/ organização Cláudio Roberto Baptista; Adriana Marcondes Machado. Porto Alegre: Meditação, 2006.

CARVALHO Rosita Edler. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro: WVA. 1998. A escola como espaço inclusivo. In. IV Congresso de Educação de Presidente Prudente, *Revista de anais*. Presidente Prudente. 1997.

DINIZ, D. B.; SANTOS, L.; WEDERSON, R. Deficiência, direitos humanos e justiça. SUR, v. 6, n.11, 2009.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCÍA, J. N. Manual de dificuldades de aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GLAT, Rosana. Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

HONORA M.; FRIZANCO M. L., Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. Ciranda Cultural, 2008.

MORENO, Ana Carolina; Fajardo Vanessa. Inclusão de alunos com deficiência intelectual cresce e desafia escolas. G1, em São Paulo. 2013. Texto obtido através do site: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/03/inclusao-de-alunos-com-deficiencia-intelectual-cresce-e-desafia-escolas.html>. Acesso no dia 18 de setembro de 2015.

MORETTO, Vasco Pedro. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

OMOTE, S. Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido. Revista Brasileira de Educação Especial. Nº 2, 1994, p. 7.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas Pedagógicas na Educação Especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas: Autores Associados, 2001.

PINTO, G. U. O brincar na infância – um estudo em instituição especial para deficientes mentais. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.

RODRIGUES, Cinthia. Formas criativas para estimular a mente de alunos com deficiência. Revista nova escola. Edição 223, jun. 2009. Disponível em: 15 de setembro de 2015.

SABINO, Fernando. O Encontro Marcado. 82ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996a.

SASSAKI R. S., Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 3 ed., 1999.

TUNES, E. Preconceito, inclusão e deficiência – preconceito no limiar da deficiência. In: TUNES, E; BARTHOLLO, R. Nos limites da ação: preconceito, inclusão e deficiência. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

VYGOTSKY, LEV S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.


VYGOTSKY, L. S. Obras escogidas: fundamentos de defectología. Tomo V. Madrid: Visor, 1997.

VIGOTSKI, L. S. Psicologia Pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
Acesso à internet: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/03/inclusao-de-alunos-com-deficiencia-intelectual-cresce-e-desafia-escolas.html>. Disponível em: 18 de setembro de 2015.

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípio política e prática em educação especial. 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 07 de outubro de 2015.

8 – APÊNDICES

- A. Carta de Apresentação – Escola (Modelo)
- B. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)
- C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo)


 Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde
 PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília – UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o (a): Ilmo (a). Sr (a). Diretor (a)

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o (a) cursista pós-graduando (a)

que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador (a) do Polo ou Professor (a)-Tutor (a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
 Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor (a) Professor (a),

Sou orientando (a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____ . Assim, gostaria de consultá-lo (a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Professor

 Assinatura do Pesquisador

Nome do Professor: _____

E-mail (opcional): _____



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando (a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____ . Assim, gostaria de solicitar sua autorização para que seu(sua) filho(a) participe do estudo.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação de seu (sua) filho(a) no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Seu (sua) filho(a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação seu(sua) filho(a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes da participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Pai/Responsável pelo Aluno

Nome do Pai/Responsável: _____

Nome do Aluno: _____

E-mail(opcional): _____

9 – ANEXOS**A- Entrevista com o aluno****B- Entrevista com os professores****C- Ficha de aproveitamento do aluno de 2014****D- Atividades dos alunos de 2015**

Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

ENTREVISTA COM O ALUNO

1. Nome completo do aluno (a).

2. Idade do aluno (a).

3. Nome dos pais e irmão(s) e outras pessoas que mora com o aluno (a) (se tiver informe o parentesco).

4. Quem mora na casa do aluno (a)?

5. Como você é com sua mãe e com seu pai?

6. O que você gosta e não gosta na sua sala de aula?

7. E seus colegas te ajudam? O que você gosta e não gosta na sua relação com seus colegas?

9. O que você faz na hora do intervalo?

9. Você gosta de estudar? Acha mais difícil ou fácil?

10. Fale as coisas boas que o professor (a) fez em sala de aula que você gostou?

11. Fale as coisas ruins que o professor (a) fez em sala de aula que você não gostou?

12. O que você quer ser quando crescer?

Professor (a)

Aluno (a)



Universidade de Brasília
Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

1. Nome do (a) docente:

2. Formação profissional:

3. Tempo de docência:

4. Já ocupou outras funções na educação fora de sala de aula?

5. Quanto tempo trabalha com aluno Deficiente Intelectual?

6. Possui formação continuada em Deficiente Intelectual? Se a resposta for afirmativa em que a formação contribuiu no desenvolvimento do ensino e aprendizagem do aluno e em que contribuiu para o processo de inclusão?

7. Já trabalhou antes com alunos com diagnóstico de deficiência intelectual? Se a resposta for positiva. Quando e como foi?

8. Como é para você ter um aluno com Deficiente Intelectual em sala de aula?

9. O que você acha da inclusão e como acontece na escola?

10. Como é a sua interação como o seu aluno Deficiente Intelectual?

11. Como é o seu trabalho com esse aluno?

12. Como você vê a relação do aluno Deficiente Intelectual com os demais alunos da sala?

13. Você leva em conta os conhecimentos prévios do aluno com Deficiente Intelectual antes de iniciar o conteúdo? Por quê? Como?

14. Como é a participação da família na escola e no ensino e aprendizagem do aluno?

15. Quais são suas estratégias para trabalhar com o aluno Deficiente Intelectual?

16. Como é realizado o planejamento pedagógico para atender o aluno deficiente intelectual e a inclusão?

17. Como é realizada a avaliação do aluno Deficiente Intelectual?

Professor (a)

Coordenador (a)

Ficha de aproveitamento do aluno de 2014

Aluno A

CURSO: ENSINO FUNDAMENTAL ANO: 2º TURMA: B

TURNO: VESPERTINO ANO LETIVO: 2014 CARGA HORÁRIA: 800 HORAS

ÁREAS DE ESTUDO / DISCIPLINAS	1º BIMESTRE		2º BIMESTRE		3º BIMESTRE		4º BIMESTRE		RESUMO FINAL				TOTAL DE FALTAS	C.HORÁRIA	
	NOTA	FALTA	NOTA A	FALTA A	NOTA	FALTA A	NOTA	FALTA A	SOMA	Média dos Bimestres	Recuperação especial	Conselho de Classe			Média Final
	LÍNGUA PORTUGUESA	B	-	B	-	MB	-	MB	-	-	-	-			-
MATEMÁTICA	O	-	B	-	MB	-	MB	-	-	-	-	-	B	-	-
CIÊNCIAS	O	-	O	-	O	-	MB	-	-	-	-	-	B	-	-
HISTÓRIA	B	-	B	-	MB	-	MB	-	-	-	-	-	B	-	-
GEOGRAFIA	B	-	B	-	MB	-	MB	-	-	-	-	-	B	-	-
ARTES	MB	-	B	-	MB	-	O	-	-	-	-	-	MB	-	-
ENS. RELIGIOSO	MB	-	B	-	MB	-	O	-	-	-	-	-	O	-	-
ED. FÍSICA	MB	-	B	-	MB	-	O	-	-	-	-	-	B	-	-
LE.M.INGLÊS / ESPANHOL	O	-	B	-	MB	-	O	-	-	-	-	-	B	-	-

Observações: <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	<p>Resultado Final:</p> <p>Aprovado (<input checked="" type="checkbox"/>) Reprovado (<input type="checkbox"/>) Cursando (<input type="checkbox"/>) Transferido (<input type="checkbox"/>) Desistente (<input type="checkbox"/>)</p> <hr/> <p>Assinatura do Diretor (a).</p>	<p style="text-align: right;">Porto Nacional, 16 de dezembro de 2014</p> <hr/> <p style="text-align: center;">Assinatura do Secretário (a).</p>
---	---	---

Atividades dos alunos de 2015

- Aluno A
- Cópia

TRAÇANDO LETRAS

Leia o poema, depois copie um verso.

Repare só como faz
o esperto passarinho,
que cata palha por palha
para fazer o ninho.

[...] Mas à casa da abelha
ninguém consegue igualar.
Com tanto mel e doçura
é um lar doce lar!

Repare só como faz
o esperto passarinho,
que cata palha por palha
para fazer o ninho

Mas, a casa da abelha
ninguém consegue igualar
Com tanto mel e doçura
é um lar doce lar!

Amor!
O seu desamparado!
Byes!

- Produção de texto

GÊMEOS (21/5 A 20/6)
No campo afetivo haverá seriedade e respeito mútuo, sem, entretanto, perder o calor e o romantismo. Vocês estarão muito fortes. Muita tranquilidade trará novas energias para as suas relações. O momento é de muita lucidez no seu mundo emocional.

CÂNCER (21/6 A 22/7)
Facilidade no trato com as pessoas, especialmente no setor profissional. Encontrará pessoas que agem com justiça e responsabilidade, o que o deixará mais à vontade e animado. O trabalho deverá ser produtivo e você não se sentirá cansado e nem desgastado.

Bom!

Amiga Portuguesa
Trabalhando e gerando vida
gêmeos 1/5/2015

No campo afetivo haverá seriedade e respeito mútuo, sem, entretanto, perder o calor e o romantismo. Vocês estarão muito fortes muito mais

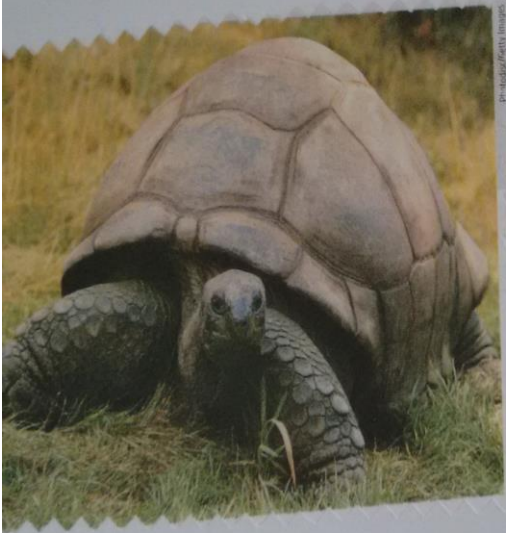
- Aluno B
- Cópia

Serão as aventuras do Chapuzinho
 Vermelho
 O "Chapuzinho Vermelho"
 estava a ler a história para o
 vovó
 Quando de repente um ^{gato} ~~gato~~
 transformou-se em um pato
 Um belo dia, quando estava
 passando o pessoal e viu
 o pobre patinho
 queis camê-lo

 Um dia foi muito esperto
 levou o patinho para o seu
 castelo. A cada o transformou
 novamente na Chapuzinho
 e a levou para a casa da
 vovó
 ~~~~~

- Produção de texto

Produção de texto



Produção de texto

Produção um texto sobre a tartaruga  
a tartaruga é lenta e lenta